



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 106/XII/ 2.ª SL

Aos 24 dias do mês de abril de 2013, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas n.ºs 102 a 105/XII;
2. Apreciação da nota de admissibilidade da petição n.º 248/XII - Em Defesa da continuidade do Instituto de Odivelas como uma Escola de Excelência;
3. Distribuição de iniciativa europeia: Com (2013) 197 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras para a vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto da cooperação operacional coordenada pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia;
4. Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia Com (2012) 565 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a transposição da Diretiva 2009/81/CE relativa aos contratos públicos nos domínios da defesa e da segurança
Relatora: Deputada Mónica Ferro (PSD);
5. Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia Com (2011) 771 - Relatório sobre a execução do instrumento para a cooperação no domínio da segurança nuclear -2.º relatório-programas de ação anuais de 2010 e 2011
Relator: Deputado António Prôa (PSD);
6. Apreciação sobre a visita aos Estabelecimentos Militares de Ensino;
7. Outros assuntos.

1. Aprovação das atas n.ºs 102 a 105/XII;

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, colocou à votação as atas n.ºs 102 a 105/XII, relativas às reuniões de 9, 10, 16 e 17 de abril, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do PCP e do BE.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 106/XII/ 2.ª SL

2. Apreciação da nota de admissibilidade da petição n.º 248/XII - Em defesa da continuidade do Instituto de Odivelas como uma escola de excelência;

O Senhor Presidente recordou que esta petição tinha inicialmente sido distribuída à Comissão de Educação, Ciência e Cultura e que, atendendo a que a matéria em causa se enquadra eminentemente no âmbito de competências da Comissão de Defesa, após o seu contacto com o Presidente daquela Comissão, foi solicitada a redistribuição à Comissão de Defesa, ficando desde logo acordado que a Comissão de Educação participaria na apreciação da petição remetendo um contributo escrito. O Senhor Presidente salientou ainda que, tratando-se de uma petição coletiva com mais de 4000 assinaturas, será apreciada em Plenário e publicada no Diário da Assembleia da República, sendo ainda obrigatória a audição dos peticionários.

A nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE, sendo a petição admitida e nomeado relator o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP).

3. Distribuição de iniciativa europeia: Com (2013) 197 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras para a vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto da cooperação operacional coordenada pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia;

Cabendo a iniciativa, de acordo com a grelha de distribuição, ao PSD, foi nomeado o Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos.

4. Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia Com (2012) 565 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a transposição da Diretiva 2009/81/CE relativa aos contratos públicos nos domínios da defesa e da segurança

Relatora: Deputada Mónica Ferro (PSD);

Por impossibilidade de estar presente a Senhora Deputada relatora, este ponto da ordem do dia ficou adiado para uma próxima reunião.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 106/XII/ 2.ª SL

5. Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia Com (2011) 771 - Relatório sobre a execução do instrumento para a cooperação no domínio da segurança nuclear - 2.º relatório-programas de ação anuais de 2010 e 2011

Relator: Deputado António Prôa (PSD);

Usou da palavra o Senhor Deputado António Prôa para apresentar o parecer, começando por salientar a importância da matéria em causa para a Europa. Fez uma síntese da iniciativa e algumas considerações sobre o instrumento para a cooperação no domínio da segurança nuclear e o relatório em análise, e frisou a este propósito as preocupações com a dificuldade de relacionamento nesta matéria com a Federação Russa.

O Senhor Presidente felicitou o relator pela inclusão da sua opinião no relatório, possibilidade introduzida na revisão do Regimento de 2007, que considerou ser uma prática de relevar.

O Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) cumprimentou o Senhor Deputado António Prôa pelo relatório elaborado e também pelo facto de o mesmo ter optado por incluir a sua opinião pessoal sobre o assunto.

O Senhor Deputado João Soares (PS) associou-se às felicitações dirigidas ao relator e fez algumas considerações sobre a questão, designadamente manifestando a sua discordância em parte com as referências à Federação Russa.

O Senhor Deputado António Prôa agradeceu os cumprimentos que lhe foram dirigidos e fez mais algumas considerações sobre a posição da Federação Russa nesta matéria.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado com os votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP.

6. Apreciação sobre a visita aos Estabelecimentos Militares de Ensino;



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 106/XII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão considerou que se tratou de uma visita muito interessante, que permitiu aos Deputados recolher a informação essencial sobre o assunto. Referiu que, contudo, e por razões alheias à Comissão e que terão tido a ver com alguma falha de comunicação entre os Ministérios da Defesa e da Educação e o coordenador da equipa técnica de acompanhamento, Prof. Dr. Joaquim Azevedo, o mesmo acabou por não usar da palavra nos *briefings* realizados, ao contrário do que se pretendia. Referiu que o Prof. Dr. Joaquim Azevedo lhe deu conta de que está disponível para prestar os esclarecimentos que a Comissão entender necessários, pelo que se trataria de agendar a respetiva audição. O Senhor Presidente recordou ainda que os estudos sobre a reforma do ensino militar, solicitados ao Gabinete do Senhor Ministro em setembro do ano passado, ainda não tinham sido enviados à Comissão, pelo que se faria nova insistência.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) começou por considerar uma lacuna grave da visita a não participação do coordenador da comissão técnica de acompanhamento nos *briefings*, estranhando o facto de o mesmo não ter usado da palavra, não obstante ter estado presente no mesmo. Considerou parecer haver uma grande leviandade no tratamento que o Governo deu aos EME, não se percebendo as razões que levam a esta reforma, que determina o fim de uma instituição centenar e altera radicalmente o modelo educativo de outra, quando parecem ser boas escolas e um ponto importante de ligação das Forças Armadas com a sociedade civil. Disse também ter ficado a ideia de que o Governo desistiu de tentar resolver aquele que parecer ter sido identificado como o principal problema destas escolas: o elevado custo de formação de cada aluno, sendo que, da visita, ficou com a ideia de haver formas de resolver este problema. Fez mais algumas considerações sobre a questão, designadamente sobre o documento distribuído pelo Governo à imprensa procurando destruir um a um os pontos fortes destas escolas, concluindo não se perceberem as razões de ser da atuação do Governo nesta matéria.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) disse ter recolhido uma impressão positiva dos três estabelecimentos de ensino, não só em termos de instalações, mas também do desempenho, competência, rigor e qualidade de ensino, que são apanágio destas escolas. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Marcos Perestrello



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 106/XII/ 2.ª SL

começou por lembrar que criticar é fácil, mas, não obstante possa haver neste processo alguns aspetos menos claros, todos conhecem as razões que motivam a reforma. A este propósito recordou a decisão de extinção, do Governo do Eng. Guterres, dos Pupilos do Exército, que foi depois revertida pelo Governo do Dr. Durão Barroso e permitiu que este estabelecimento seja o que é hoje, frisando assim que este assunto não é novo e tem sido analisado por vários Governos. Disse ter ficado perplexo pelo facto de o Prof. Joaquim Azevedo não ter sido ouvido durante a visita e apoiou as diligências do Senhor Presidente no sentido do agendamento de uma audição na Comissão. Terminou referindo ter ficado comovido, no final da visita ao Instituto de Odivelas, com o entusiasmo e a identificação das alunas com o mesmo, mas chamou a atenção para um aspeto claramente positivo da decisão do Governo: o facto de transformar uma escola de ensino diferenciado numa escola mista, o que corresponde à tendência atualmente generalizada no ensino.

O Senhor Deputado João Soares (PS) disse rever-se nas afirmações do Senhor Deputado Marcos Perestrello e considerou ser um erro acabar com três escolas que funcionam bem, como foi um erro a decisão do Governo do PS que foi revertida pelo então Ministro da Defesa Paulo Portas. Fez mais algumas observações, frisando a importância dos estabelecimentos e apelou ao PSD no sentido de se encontrar uma solução.

O Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) começou por saudar a iniciativa da Comissão de realizar esta visita, que considerou muito útil, tal como foi a visita aos hospitais militares, salientando o elevado padrão de qualidade em ambos os casos. Considerou que algumas questões levantadas têm alguma pertinência, mas o ímpeto reformista não é de desvalorizar e é importante lembrar os elementos históricos, como o fez o Senhor Deputado Correia de Jesus.

Usou de novo a palavra o Senhor Deputado Marcos Perestrello, que fez mais algumas considerações sobre o assunto, frisando que os estabelecimentos militares de ensino não devem ser encerrados, mas sim reformados, melhorados e racionalizados.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 106/XII/ 2.ª SL

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou estar a ser preparada uma visita aos Fuzileiros, em princípio no dia 14 de maio.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) usou da palavra para manifestar a sua preocupação quanto à audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional do dia 30 de maio, considerando não ser possível tratar dois assuntos tão importantes numa única reunião. Como tal, sugeriu que no dia 30 se trate apenas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), que é uma matéria prioritária, deixando a reforma da defesa nacional para outro dia, eventualmente na semana seguinte.

Após intervenções do Senhor Presidente, do Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD) e do Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS), foi consensualizado que a audição seria dividida em duas partes distintas, a primeira sobre os ENVC e a segunda sobre a «Defesa 2020», sem prejuízo da possibilidade de agendamento de outra audição, caso não seja possível terminar o segundo ponto.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2013.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 106/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Arménio Santos
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
João Gonçalves Pereira
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Miranda Calha
António Prôa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
João Rebelo
José Lello
Mário Simões
Mónica Ferro
Rosa Maria Bastos Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
Odete João
Pedro do Ó Ramos